FINANCIAMENTO GLOBAL E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO

GLOBAL FINANCING AND QUALITY OF BASIC EDUCACTION: CHALLENGES AND IMPLICATIONS IN BRAZILIAN CONTEXT

FINANCIACIÓN GLOBAL Y CALIDAD DE LA EDUCACIÓN BÁSICA: RETOS E IMPLICACIONES EN EL CONTEXTO BRASILEÑO

Anderson Gois Marques da Cunha[1]
José Luiz Alves[2]

RESUMO
Este estudo teve como objetivo analisar pesquisas sobre modelos de financiamento da educação em âmbito global e suas implicações no contexto brasileiro. A partir de uma revisão sistemática da literatura (RSL), foram identificados 273 estudos, dos quais 15 atenderam aos critérios de inclusão. Esses trabalhos oferecem subsídios teóricos e práticos para o aperfeiçoamento de políticas educacionais. Os resultados indicam que a gestão dos recursos influencia diretamente a qualidade da educação, tornando essencial equilibrar eficiência econômica e equidade. Quando acompanhados de boas práticas, os modelos podem fortalecer a qualidade educacional, em específico no Brasil, onde desafios federativos e a descentralização demandam maior governança e controle.
PALAVRAS-CHAVE: educação básica; qualidade; financiamento; descentralização; políticas educacionais.

ABSTRACT
This study aimed to analyze research on education financing models at the global level and their implications for the Brazilian context. Based on a systematic literature review (SLR), 273 studies were identified, of which 15 met the inclusion criteria. These works offer theoretical and practical insights for improving educational policies. The results indicate that resource management directly influences the quality of education, making it essential to balance economic efficiency and equity. When accompanied by good practices, these models can strengthen educational quality, particularly in Brazil, where federative challenges and decentralization demand greater governance and control.
KEYWORDS: basic education; quality; funding; decentralization; educational policies.

RESUMEN
Este estudio tuvo como objetivo analizar investigaciones sobre modelos de financiación de la educación a nivel global y sus implicaciones en el contexto brasileño. A partir de una revisión sistemática de la literatura (RSL), se identificaron 273 estudios, de los cuales 15 cumplieron con los criterios de inclusión. Estos trabajos ofrecen aportes teóricos y prácticos para mejorar las políticas educativas. Los resultados indican que la gestión de los recursos influye directamente en la calidad de la educación, siendo esencial equilibrar la eficiencia económica y la equidad. Cuando acompañados de buenas prácticas, los modelos pueden fortalecer la calidad educativa, especialmente en Brasil, donde los desafíos federativos y la descentralización exigen mayor gobernanza y control.
PALABRAS CLAVE: educación básica; calidad; financiamiento; descentralización; políticas educativas.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo das últimas décadas, diferentes nações têm aprofundado estudos sobre o

[1] Faculdade de Ciências da Administração e Direito da Universidade de Pernambuco (FCAP/UPE), Brasil. ORCiD: https://orcid.org/0000-0003-0128-2911.
[2] Faculdade de Ciências da Administração e Direito da Universidade de Pernambuco (FCAP/UPE), Brasil. ORCiD: https://orcid.org/0000-0003-2049-2084.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

financiamento educacional e seus impactos na qualidade dos sistemas de ensino. Embora o debate internacional tenha incorporado dimensões como a qualidade social da educação e a equidade (Paixão; Torres, 2024), no Brasil tais abordagens ainda aparecem de forma discreta, apesar de sua relevância no cenário global (Velloso, 2001).

Esse movimento ganhou força nos Estados Unidos na década de 1960, quando pesquisas passaram a investigar de modo sistemático a relação entre investimento público e eficiência escolar. Um marco foi o estudo *Equality of Educational Opportunity*, liderado por James S. Coleman, que influenciou políticas federais e debates sobre igualdade de oportunidades (Hanushek, 1986; Jeduca, 2019). Coleman evidenciou que a infraestrutura e o volume de recursos não explicavam, isoladamente, os resultados educacionais, realçando fatores extrínsecos à escola, tais como: origem social, território, condição socioeconômica, gênero e raça. Assim, o estudo mostrou que o acesso à escola não garantia aprendizagem, pois havia outras condicionantes que afetavam a qualidade (Rosistolato; Prado; Martins, 2018).

Embora os resultados não tenham alcançado consenso (Hanushek, 1986; Jeduca, 2019), o relatório impulsionou agendas internacionais e estimulou, inclusive no Brasil, investigações sobre como o financiamento se articula à qualidade e à equidade (Rosistolato; Prado; Martins, 2018). No Reino Unido, o Relatório Plowden (1967) aprofunda a discussão ao propor intervenções compensatórias e indicar prioridades de gastos, ampliando os estudos de Coleman.

O ambiente intelectual do período também fomentou abordagens sociológicas para compreender as desigualdades educacionais. Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron analisaram, entre as décadas de 1960 e 1970, como a escola reproduz estruturas sociais, contribuindo para um entendimento complexo sobre as políticas educacionais (Valle, 2022). No entanto, como observa Campos (2013), o planejamento estatal permaneceu guiado por racionalidades econômicas, relegando a crítica que priorizam a qualidade social da educação.

Este estudo adota uma perspectiva multidimensional sobre financiamento educacional, considerando diferentes teorias e contextos sócio-históricos que moldaram as políticas. O objetivo é contribuir para um debate analogamente a realidade brasileira contemporânea.

O tema do financiamento tem atraído pesquisadores interessados tanto em sua trajetória histórica (Cury, 2018) quanto em seus impactos sobre o desempenho escolar (Szekeres; Căldăraru, 2022). Soma-se a isso a literatura sobre relações público-privadas e suas implicações na disputa por espaços, na eficácia e no alcance de metas (Sais, 2023).

Como destaca Velloso (2001), até os anos 1990 predominavam estudos teóricos

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

orientados à formulação de políticas públicas. Com o tempo, os modelos de financiamento, antes centrados na eficiência, passaram a incluir a equidade, movimento impulsionado por organismos multilaterais empenhados em reduzir desigualdades socioeconômicas. O processo fortaleceu a avaliação e a vinculação entre desempenho escolar e os repasses financeiros.

A posteriori, iniciativas globais como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), especialmente o objetivo dois e, mais tarde, a Agenda 2030, com o objetivo quatro, reafirmaram uma educação básica universal, equitativa e de qualidade (Silva; Silva, 2024).

No Brasil, porém, ainda são escassas as pesquisas que articulam eficiência, equidade e qualidade social em uma mesma agenda (Campos, 2013; Velloso, 2001). Assim, optou-se por realizar uma revisão sistemática da literatura (RSL) para identificar estudos primários sobre modelos de financiamento educacional no cenário global e suas implicações no Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Financiamento da educação

O financiamento da educação é um fator essencial para o alcance da qualidade nos sistemas educacionais. Para tal, cada país tem adotado diferentes moldes que refletem suas necessidades e contexto, exigindo governança colaborativa entre Estado e sociedade (Silva; Oliveira, 2021). Isso se insere na agenda neoliberal, marcada pela crescente influência de organismos multilaterais e entidades privadas na disputa pelos recursos públicos.

Assim, dado contexto também é marcado pela descentralização e pelas desigualdades regionais, observa-se a redução do investimento estatal e a ampliação da presença privada no financiamento da educação (Lima; França, 2020).

No entanto, a adoção de modelos e pacotes que enfatizam a eficiência do sistema educacional tem levado países emergentes, como o Brasil, a repensar seus modelos de financiamento.

Reformas têm sido demandadas e novas formas de alocação de recursos baseadas em condicionantes, como o número de matrículas e a avaliação de desempenho das entidades educacionais, têm sido implementadas (Lima; França, 2020; Sais, 2023).

Esse cenário brasileiro, distribuído em um sistema descentralizado e regionalmente desigual, tem resultado na redução de investimentos sociais em educação e aumentado a participação de atores privados nesse processo (Lima; França, 2020; Silva; Oliveira, 2021).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

As reformas e a mudanças econômicas têm incentivado as nações a buscarem um financiamento governado pelo paradigma da eficiência. Diferente dos anos 1990, que foi incorporado a um sentido de busca pela qualidade do sistema educacional como modus operandi de balizar as transferências dos recursos.

O discurso global da qualidade da educação

A Agenda 2030 sob a ODS 4 estipulou o alcance para todas as nações da educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Este é um caminho que vem sendo perseguido pelos Estados (Alvarenga; Vianna, 2021), mas que requer investimento, infraestrutura e capacidade para nortear o alcance de tais metas.

O termo qualidade tem várias acepções; contudo, na educação nem sempre ocupou lugar prioritário quando o associado ao financiamento. A qualidade foi tida muito mais pela busca das escolas eficazes (Mello, 1994), que traziam desafios aos formuladores e implementadores de políticas educacionais na compreensão de quais fatores mais impactavam o seu alcance.

Com isso, a qualidade da educação assume múltiplos sentidos (Dourado; Oliveira, 2009). Entendida como métrica de desempenho, expressa em avaliações padronizadas como o Programme for International Student Assessment (PISA) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), onde o gasto público é condicionado por resultados de escolas e redes em rankings (Cunha; Alves; Almeida, 2023).

Por outro lado, manifesta-se como processo dialógico e transacional, que equilibra interesses dos agentes (Bondiolli, 2022). Tal visão a integra ao desenvolvimento de competências humanas (Adams; Dorneles; Lauxen, 2017), à inclusão educacional (Fiorin; Pavão, 2016) e à gestão participativa (Santos; Reis, 2019), realçando outras dimensões (humanas e sociais) que excedem a ideia de métrica e mensuração de resultados.

Nesse contexto, surge a Nova Gestão Pública (NGP) que insere a lógica da eficiência e da competitividade na educação e tem no financiamento um fator para a melhoria da infraestrutura escolar, ampliação dos acessos e o reforço na busca pela qualidade (Lacruz; Américo; Carniel, 2019).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

METODOLOGIA

O percurso metodológico segue os protocolos da RSL, a fim de ampliar as discussões sobre financiamento da educação e trazer as implicações destes moldes no cenário brasileiro. O método PICO-C, que aborda os elementos de *population, intervention, comparison, outcomes* e *context*, seguindo o modelo de Petticrew e Roberts (2006) foi adotado para evidenciar as questões de pesquisa (Richardson *et al.*, 1995) (Quadro 1).

QUADRO 1 – Definição dos elementos do método PICO-C e questões de pesquisa

Atributos	Descrição
Population	Estudos que realçam modelos de financiamento da educação global.
Intervention	A identificação dos tipos de abordagens do financiamento da educação global.
Comparison	Não se aplicou ao estudo por não se tratar de uma abordagem de comparabilidade entre os modelos, mas de identificação de suas perspectivas e aplicações.
Outcomes	Os modelos de financiamento da educação global; As fontes que lastreiam os modelos de financiamento da educação global; os impactos do uso de tais moldes de financiamento na qualidade educacional no contexto brasileiro.
Context	Estudos que destacam os moldes de financiamento global.
Questão-principal	Quais são as implicações do financiamento da educação global na qualidade da educação no contexto brasileiro?
Questão-secundária 1	Quais as principais fontes dos modelos de financiamento da educação global?
Questão-secundária 2	Quais as intervenções, propostas pelos implementadores dos modelos de financiamento global, podem ser adaptadas para melhorar a qualidade da educação no Brasil?

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Estratégias de busca e crivos de inclusão e exclusão

Utilizou-se a busca automatizada por meio de *strings*, combinando os operadores booleanos *AND* (para busca condicionada por múltiplos termos) e *OR* (para expandir a busca a qualquer um dos termos). Caracteres especiais como aspas duplas (" ") para manter a especificidade dos termos compostos e asterisco (*) para incluir variantes foram empregados (Riaz; Mendes; Tempero, 2009).

A estrutura contemplou os termos *financing of education, financing education, funding of education* e *education funding*, usados na busca nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus* por conterem ampla gama de estudos com relevância temática (Mori, Adrião; 2018).

A busca utilizou o parâmetro *Topic* (TS), que abrange títulos, resumos, palavras-chave dos autores e palavras-chave adicionais. A *string* adotada foram: TS=("*financing of education*") *OR* *TS*=("*financing education*") *OR* *TS*=("funding of education") *OR*

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

TS=("education funding") *AND TS*=("*quality of basic education*") *OR TS*=("*basic education quality*") *AND TS=("brazil**"). Isso permitiu a seleção dos estudos, sua análise bibliométrica e a discussão de resultados segundo a literatura (Ferreira, 2002; Pritchard, 1969).

A análise PICO-C foi conduzida com o auxílio do *software* StArt, desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de *Software* (LAPES) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que permitiu uma triagem manual dos estudos a partir dos tópicos, como elementos: títulos, resumos e palavras-chaves (Ferreira, 2002).

A exportação dos arquivos foi realizada em formato de texto simples (*plain text*), com extensão (.txt), e em valores separados por vírgulas (*comma-separated values*), com extensão (.csv). Por meio do software StArt, foram importadas as bases e à triagem manual dos arquivos, classificando-os conforme os critérios de inclusão e exclusão apresentados (Quadro 2).

QUADRO 2 - Critérios de inclusão e exclusão dos estudos

Critérios de inclusão	**Justificativa**
I1: Estudos revisados por pares obtidos em bases automáticas que investigam o financiamento da educação a nível global.	Por ter o rigor da revisão em criteriosas avaliações e estarem dentro do panorama pesquisado.
I2: Estudos não incluídos pelos meios automatizados, adicionados por meio da técnica exploratória *snowball sampling*.	Para trazer uma ampliação da gama de estudos que pelas bases automáticas não foram captados da primeira vez.
Critérios de exclusão	**Justificativa**
E1: Estudos que não estão no idioma inglês.	Por não trazerem um alcance capilar e global para os acessos à dadas pesquisas. Estudos no idioma inglês representam hoje um maior alcance para outros pesquisadores no mundo todo.
E2: Estudos que não prestigiam o recorte temporal de 2019 – 2024.	Aprofundar análises de pesquisadores no campo do financiamento da educação, tais como Mori e Adrião (2018) que investigam entre 2015 e 2018. Assim, o estudo buscou sequenciar a linha de pesquisa, visando contribuir para o avanço das investigações sobre financiamento- da educação global.
E3: Estudos do tipo acesso antecipado.	Versões preliminares, que podem não terem sido revisadas ou contenham inconsistências que ainda necessitem de revisão.
E4: Estudos em formatos que não são artigos.	Por zelo ao formato de pesquisa estruturado e revisado por pares.
E5: Estudos duplicados.	Para excluir a repetição que traria viés nos resultados.
E6: Estudos incompletos (apenas resumo ou com textos curtos de menos de seis páginas).	Busca informações em sua completude e com maior sistematização e validação.
E7: Estudos indisponíveis ou acesso pago.	Tais estudos trazem limitadores quanto ao seu acesso, para tal são excluídos fornecendo maior transparência e colaboração.
E8: Estudos fora da temática pesquisada.	Enfatiza a relevância e evita vieses nos seus próprios resultados.
E9: Estudos com baixa relevância considerando o método *InOrdinatio*.	Filtra pela relevância, o *InOrdinatio* considera ano de publicação, fator de impacto do periódico e citações do estudo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024) baseado em Pagani, Kovaleski e Resende (2018) e Atkinson; Flint (2001)

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

O crivo E9 utilizou o método *InOrdinatio* que seguiu a seguinte equação:

$$InOrdinatio = (IF/1000) + \alpha * [10 - (ResearchYear - PublishYear)] + (\sum Ci) \quad (1)$$

Onde:

- *InOrdinatio (IO)* é um indicador de qualidade que sistematiza os estudos por relevância.
- *IF* é o fator de impacto, coletado a partir do *Journal Citation Reports* (*JCR*).
- α é um score escalar atribuído pelo pesquisador que varia de 0 a 10. Quanto mais próximo de 10 a relevância recai sobre artigos publicados no ano atual. O estudo adota $\alpha = 5$ para não favorecer apenas artigos com citações no último ano pesquisado (Silva; Miguel; Miguel, 2022). A divisão por 1000 normaliza o indicador diante de atributos na formulação (Damke; Neves; Melo, 2020).
- *ResearchYear (RY)* é o ano que foi desenvolvido o estudo.
- *PublishYear (PY)* é o ano que foi publicado o artigo.
- ∑Ci é o número de vezes que o artigo foi citado.

Limitações metodológicas do estudo

A explicitação das limitações de método reforça a transparência e a confiabilidade deste estudo. Embora o desenho adotado tenha buscado garantir rigor, reconhece-se que ele não esgota todas as possibilidades em dada investigação. Como fatores limitantes têm-se o critério linguístico adotado, pois o recorte prestigiou o idioma inglês pela abrangência global de comunicação; entretanto, isso conduz a estudos voltados ao cerne do norte-global (europeus e norte-americanos), reduzindo a participação de estudos construídos no eixo sul (tais como países latino-americanos).

Para suprir tal sinalização foram incluídos estudos por bola de neve (Atkinson; Flint, 2001). O recorte temporal, apesar de oferecer atualização temática, pode não ter captado marcos da discussão sobre financiamento e qualidade educacional.

RESULTADOS

A partir dos crivos, foram obtidos 273 estudos filtrados pelos critérios de exclusão E1 a E8, restando 47 estudos numa leitura inicial e, a posteriori, por relevância temática, 15

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

estudos. Assim, foi produzido um panorama das características dos estudos analisados (Quadro 3).

Quadro 3 - Características dos estudos primários coletados nas bases automatizadas

Descrição	**Resultados**
Recorte temporal	2019:2024
Fontes	15
Documentos	15
Taxa de crescimento anual %	0
Idade média dos documentos	2,290
Média de citações por documento	1,941
Referências	811
Conteúdo dos documentos	
Palavras-chave Plus (ID)	80
Palavras-chave do autor (DE)	84
Autoria	
Quantidade de autores	43
Autores de documentos individuais	5
Colaboração entre autores	
Documentos individuais	5
Coautores por documento	2,530
Coautorias internacionais (%)	5,882
Tipos de documento	
Artigos	15

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

A classificação pela fórmula *InOrdinatio* culminou nos estudos com relevância à revisão pautada em um *ranking* de qualidade (Quadro 4).

QUADRO 4 – Ranking dos estudos primários pelo método *InOrdinatio (continua)*

N.	**Artigo**	**Autores**	***Journal***	***IF (JCR)***	***PY***	***Ci***	***IO***
1	*Beyond business as usual: Aid and financing education in Sub Saharan Africa*	Lewin	*International Journal of Education Development*	2,80	2020	44	74,0
2	*The 21st Century Reforms (Re)Shaping the Education Policy of Inclusive and Special Education in Finland*	Ahtiainen, Pulkkinen and Jahnukainen	*Education Sciences*	2,50	2021	30	67,5
3	*Transforming the financing of education at the mid-point of the sustainable development goals*	Archer	*International Journal of Educational Development*	2,80	2023	3	50,8
4	*The role of the federal government in financing education: Effects of the Fundeb supplement in combating inequality*	Peres, Capuchinho e Tibúrcio	*Education Policy Analysis Archives*	0,60	2024	0	50,6

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

	between state educational systems in Brazil						
5	*Beneath the property taxes financing education*	Mulvaney	*Columbia Law Review*	3,40	2023	3	48,0
6	*(Dys)functionality of intentions or outcomes? Performance funding of Danish schools*	Poulsen, Bukh e Christensen	*Accounting Auditing & Accountability Journal*	4,60	2023	2	47,0
7	*Territorial inequalities in the funding of education and health policies in Spain and Brazil*	Soares, García e Carbonell	Revista de Administração Pública	1,00	2023	0	46,0
8	*Public Funding of Education in the Visegrad Group Countries in 2011-2021*	Karwowska	*Foundations of Management*	0,40	2023	0	45,0
9	*The contribution of corporate social responsibility (CSR) initiatives to student enrollment and performance in Ghana*	Fusheini e Salia	*International Journal of Education Management*	2,40	2021	4	41,4
10	*The Effect of Funding on the Results of the Pre-University Education System*	Szekeres e Căldăraru	*Postmodern Openings*	0,74	2022	0	40,7
11	*The justification of the efficiency of financial support of education in the context of the national economy development*	Vorontsova, Vasylieva e Mayboroda	*Financial and Credit Activity Problems of Theory and Practice*	0,70	2020	9	39,7

(conclusão)

N.	**Artigo**	**Autores**	***Journal***	***IF (JCR)***	***PY***	***Ci***	***IO***
12	*Investments in human capital development and wages: Relationships and problems in lower-middle-income countries*	Olievska e Romanov	*Baltic Journal of Economic Studies*	0,50	2021	4	39,0
13	*Organizational and Economic Support of Educational Services Management in Ukraine*	Kondratenko, Nepomnyashchy ,Marusheva, Medvedchuk e Lahunova	*Estudios de Economia Aplicada*	0,10	2021	3	38,0
14	*A Comparative Analysis of Public Education System of Indonesia and Uzbekistan*	Shaturaev	*Bioscience Biotechnology Research Communications*	0,06	2021	3	38,0
15	*The obligatory, gratuity and financing of education as a social law in Brazil*	Souza, Silva e Sousa	Revista Online de Política e Gestão Educacional	0,20	2019	2	27,2

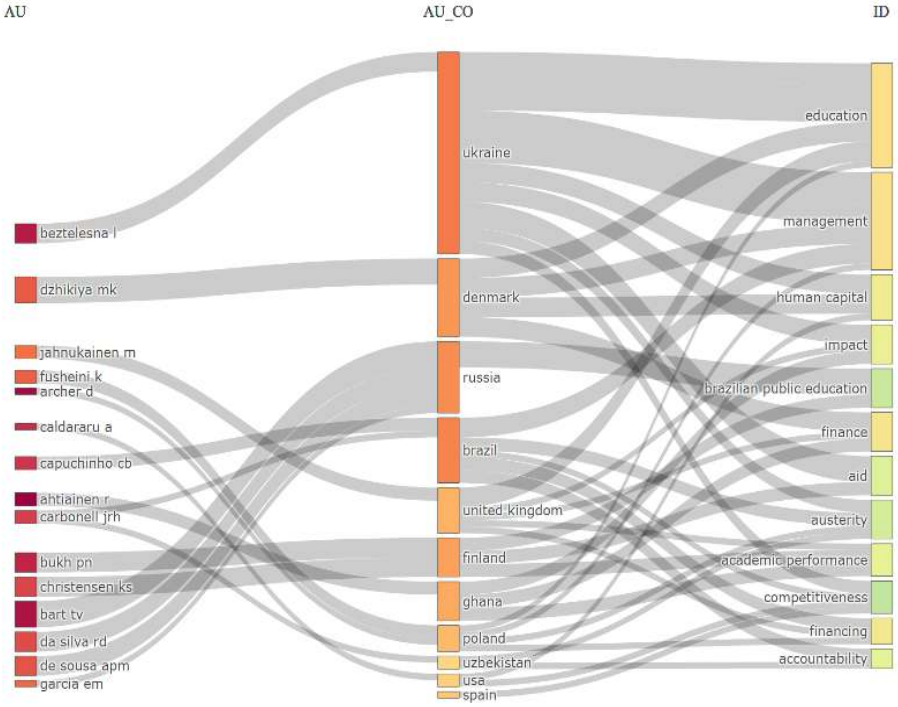
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

Nota. *Journal* = nome do periódico científico; *IF (JCR) = Impact Factor (Journal Citation Reports)* (Fator de Impacto do periódico); *PY = Publish Year* (ano de publicação); *Ci = Citations* (número de citações); *IO = InOrdinatio* (índice de relevância calculado pelo método *InOrdinatio*).

A análise bibliométrica revelou, por meio do gráfico de três campos, a correspondência entre autores (AU), países de afiliação (AU_CO) e palavras-chave (ID) (Figura 1).

FIGURA 1 – Correspondência entre autores, países de afiliação e palavras-chave dos estudos automatizados coletados nas bases de dados



Fonte: Elaborado pelos autores (2024) através de Bibliometrix (Aria; Cuccurullo, 2017).

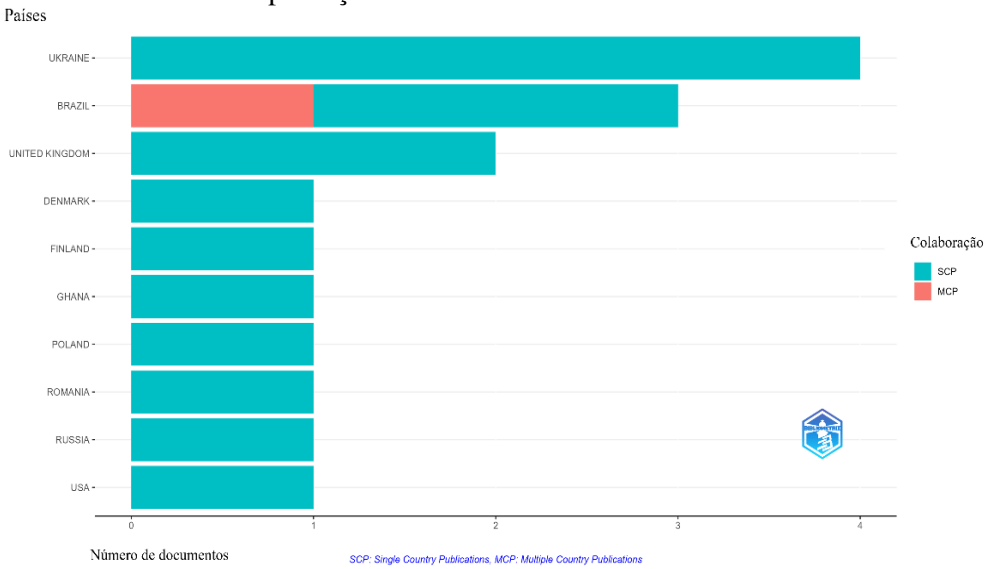
Entre os autores mais proeminentes estão Archer, Ahtiainen, Bukh, Bart e Beztelesna. As palavras-chave mais frequentes incluem educação, gestão e capital humano, seguidas de termos como impacto, educação pública brasileira, finanças, ajuda, austeridade, performance acadêmica, competitividade, financiamento e *accountability*. Isso reforça a tendência global de abordar o financiamento educacional sob a ótica econômica e gerencial, priorizando métricas objetivas de desempenho. Embora tais abordagens possam contribuir para a eficiência dos sistemas, elas tendem a reduzir a busca por uma medida que reflita também o viés social.

A Figura 2 corrobora com o diagrama dos três campos, e adensa o comparativo entre nações com base na produção do conhecimento na área temática em estudo. Todos os países evidenciados possuem publicações entre autores do próprio país, ou seja, evidencia a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

cooperação intranacional (*Single Country Publication* - SCP), com exceção do Brasil que possui publicações realizadas entre nações diferentes (*Multiple Country Publications* – MCP).

FIGURA 2 - Países com maior produção do conhecimento sobre o tema



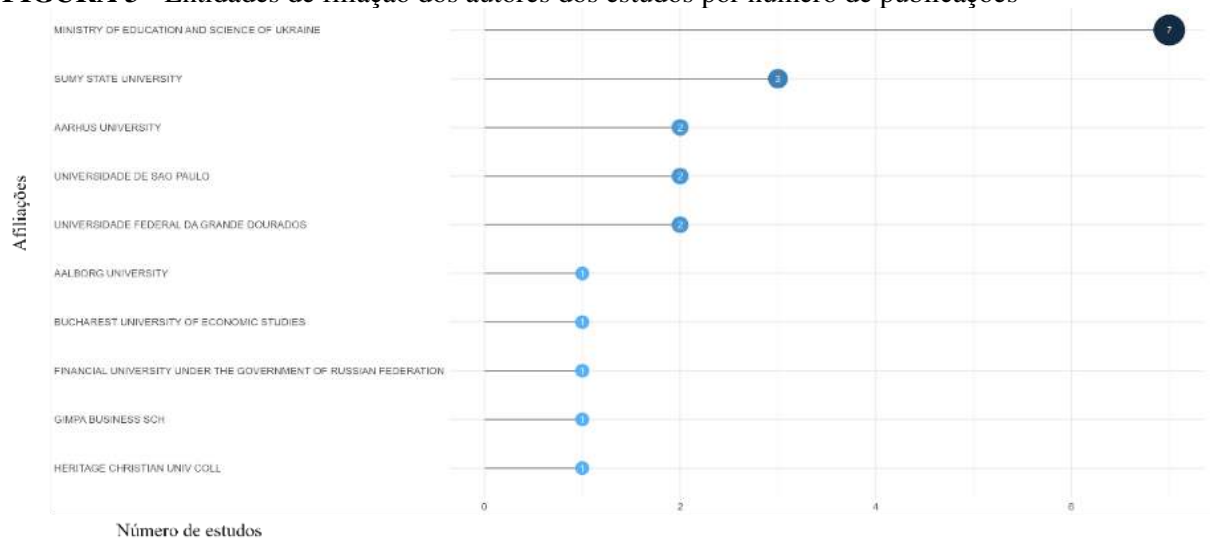
Fonte: Elaborado pelos autores (2024) através de Bibliometrix (Aria; Cuccurullo, 2017).

As figuras são confirmatórias da predominância de estudos do eixo europeu. Isso exige cautela na adoção desses modelos no contexto brasileiro. Em contrapartida, pesquisas realizadas em *locus* asiático e africano, como Indonésia, Uzbequistão, África Subsaariana e Gana, evidenciam iniciativas de nações emergentes na construção de alternativas a partir de diálogos sobre investimento educacional que se assemelham ao Brasil na busca da superação de desigualdades regionais e no fortalecimento de capacidades públicas.

Ao comparar as entidades afiliadas dos autores pelo número de estudos publicados, a análise bibliométrica destaca o *Ministry of Education and Science of Ukraine* com 7 estudos e a *Sumy State University* com 3 estudos, ambos da Ucrânia. Em seguida, performam 2 estudos cada das entidades *Aarhus University*, na Dinamarca, Universidade de São Paulo e Universidade Federal da Grade Dourados, no Brasil (Figura 3).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

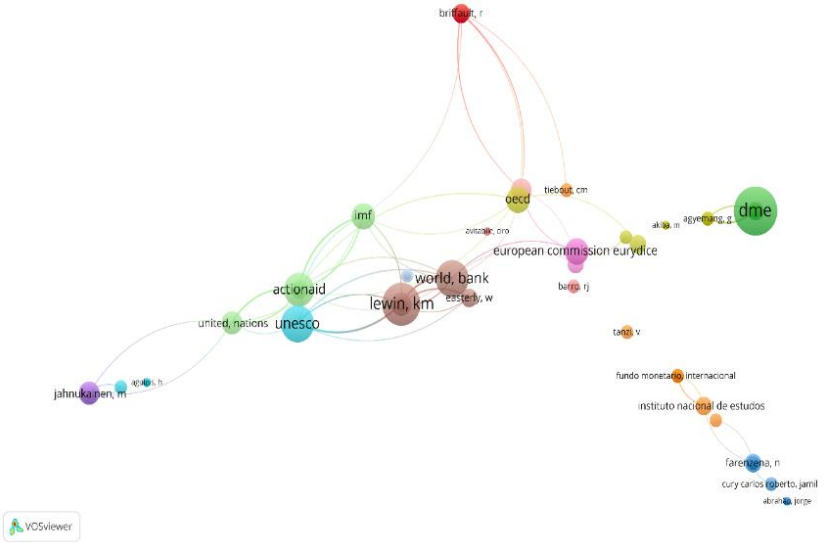
FIGURA 3 - Entidades de filiação dos autores dos estudos por número de publicações



Fonte: Elaborado pelos autores (2024) através de Bibliometrix (Aria; Cuccurullo, 2017).

Na rede de co-citação, tem-se alguns *clusters* que envolvem estudos nacionais que trabalham o financiamento, destacando-se Lewin (2020), quem tem se debruçado em tal temática a nível global e tem tido força no *corpus* teórico da discussão (Figura 4).

FIGURA 4 - Rede de co-citação dos estudos coletados nas bases automatizadas

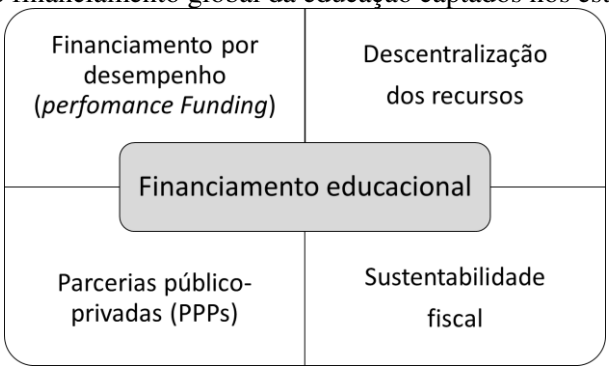


Fonte: Elaborado pelos autores (2024) baseado nos dados da pesquisa com o uso do VOSViewer (2024).

Os resultados também identificaram quatro modelos de financiamento da educação praticados em contextos globais e que podem trazer nuances para o Brasil (Figura 5).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

FIGURA 5 – Modelos de financiamento global da educação captados nos estudos



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Tais modelos são aprofundados na discussão deste estudo, permitindo uma análise crítica por agrupamento temático, com base nas tendências da produção científica global. A abordagem possibilitou identificar os principais enfoques adotados e suas implicações para o contexto brasileiro.

DISCUSSÃO

Os quatro modelos principais identificados fomentaram a discussão a seguir. No caso do contexto brasileiro, percebe-se que há predominância de aportes oriundos dos mecanismos da descentralização e federalismo, mas há um hibridismo de estratégias que perpassam o financiamento por desempenho, as PPPs e a sustentabilidade fiscal.

Financiamento educacional por desempenho (*Performance funding*)

Iniciando a discussão sobre os modelos de financiamento, o sistema dinamarquês é um exemplo do financiamento por desempenho. A nação centraliza as ações através do Ministério da Educação, que define as regras, enquanto os municípios têm liberdade para planejar o financiamento das entidades educacionais. Com o passar do tempo, foram introduzidos no país programas de incentivo às melhorias do sistema educacional baseados em modelos de financiamento por atividades e desempenho, em similaridade ao que é utilizado no setor de saúde do país (Poulsen; Bukh; Christensen, 2023).

Destaca-se o programa *Financing to Enhance Academically Low-Performing Students (FEAWS)*, que bonifica estudantes e escolas pelo desempenho. Embora o *FEAWS* tenha contribuído na melhoria dos resultados, estudiosos têm criticado seus moldes pelo risco de gerar disfuncionalidades, o que tende a ocultar um real desempenho do sistema e de seus

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

agentes. Alguns gestores consideraram o programa uma ajuda econômica necessária para as escolas atingirem as metas estabelecidas e outros o enxergam como uma pressão para angariar os bônus.

Além do *FEAWS*, o governo dinamarquês propôs o *Program for Enhancing Students (PES)*, preterido pelos atores sociais das escolas dinamarquesas. O PES é uma iniciativa voluntária suplementar na promoção de atividades gerais para desenvolver cursos, workshops e outras iniciativas com os estudantes e as escolas. Tal ação pode ser vista como uma forma de canalizar esforços conjuntos para o alcance dos melhores índices de desempenho.

O artigo de Poulsen, Bukh e Christensen (2023) sugere que os formuladores de políticas devem evitar esses problemas ao desenhar políticas de financiamento educacional. Esta realidade adequa-se bem à realidade de métricas e *rankings* adotada no contexto brasileiro pós-modernização do equipamento público.

Um contraponto a esse modelo é discutido por Poulsen, Bukh e Christensen (2023), que alertam sobre as implicações do financiamento baseado em desempenho educacional, em que testes padronizados são adotados como condicionante para a distribuição de recursos.

Os autores também identificam três disfuncionalidades principais: (a) deslocamento comportamental, pois as ações dos atores sociais concentram-se apenas no alcance do desempenho objetivado; (b) manipulação da avaliação, que leva a distorção da produção organizacional -também com o intento de performar bem e recepcionar o bônus-; e (c) atitudes negativas dos atores, que entendem o processo de modo assimétrico e com baixa motivação pelo cenário de pressão por resultados (Poulsen; Bukh; Christensen, 2023).

O estudo centra na realidade dinamarquesa, especificamente foca num grupo de alunos que tem entre 6 e 16 anos no sistema educacional conhecido como *Fokeskole* – etapa que abrange o ensino fundamental e médio.

Utilizando uma abordagem quantitativa, com análise por regressão linear múltipla, Szekeres e Căldăraru (2022) investigam como fatores do processo de financiamento têm impactado os resultados baseados na performance dos estudantes mensuradas em testes.

Assim, os autores utilizam como referência o PISA da OCDE e destacam que o setor público tem buscado fomentar a educação de qualidade e a equidade por meio de fontes regimentais, legais e de governança local.

No entanto, crises econômicas têm impulsionado a economia de mercado dentro do paradigma da NGP, o que tem resultado em decisões por redução do gasto público visando à

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

eficiência do sistema. Esse padrão de eficiência tem direcionado as políticas e ações dos governos para a metrificação e gastos condicionados ao desempenho.

O estudo aponta uma associação entre as decisões de política de financiamento da educação e os resultados do sistema. Szekeres e Căldăraru (2022) recomendam novas formulações de financiamento que também promovam a equidade na alocação de recursos e na acessibilidade ao sistema.

Ainda sobre o modelo baseado em desempenho, os estudos de Soares, García e Carbonell (2023) analisam o financiamento da educação básica e da saúde no contexto da Espanha e do Brasil. O estudo destaca as semelhanças com o modelo dinamarquês de financiamento ao pautar a mensuração por desempenho, que utiliza o segmento da saúde como *benchmark* (a exemplo do *FEAWS*).

O artigo enfatiza que deve haver a busca por um equilíbrio entre eficiência e equidade social no financiamento educacional, embora considerem também a descentralização como um atravessamento para implementação de tal molde, sendo necessária sua caracterização.

Descentralização nos repasses e alocação dos recursos

O modelo de descentralização identificado nos estudos aproxima-se daquele observado em países latino-americanos, como o Brasil, a Argentina e o México, que operam alocando recursos do lado da oferta, com base no consumo de bens e serviços do sistema e em crivos históricos e normativos (Luna, [s.d]).

Em contraposição, há o modelo baseado na alocação do lado da demanda (menos frequente na região), no qual os recursos são destinados indiretamente às famílias ou às escolas, permitindo liberdade de escolha educacional. Contudo, as assimetrias informacionais sobre a demanda têm dificultado essa dinâmica. Um exemplo deste caso ocorre na República Dominicana, que, embora concentre suas ações em um molde centralizado, capitaneados pelo Ministério da Educação, realiza a transferência de recursos com base em gasto descentralizado anual estimado por aluno (Luna, [s.d]).

Os estudos de Ahtiainen, Pulkkinen e Jahnukainen (2021) discutem as reformas educacionais na Finlândia, em 2010, com base nos resultados do Censo, e lastreiam os planos de educação individual para a melhoria da qualidade da educação básica.

Essas reformas, embora descentralizadas e centradas na autonomia dos gestores locais, enfrentaram desafios relacionados à capacidade humana e à prestação de serviços

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

educacionais. A autonomia local, enquanto aumenta a responsabilização dos entes subnacionais, também traz variações em seu grau de autonomia e no poder decisório, o que pode impactar o alcance da eficácia da distribuição e alocação de recursos financeiros em dado modelo.

Não muito distante disso, no contexto brasileiro, os estudos de Peres, Capuchinho e Tibúrcio (2024) abordam o financiamento educacional mais diretamente na perspectiva federalista, evidenciando a importância da vinculação proporcional de recursos com base na quantidade de matrículas, conforme apurado pelo Censo Escolar.

Os autores apontam que a capacidade fiscal dos estados e municípios brasileiros influencia diretamente a quantidade de recursos destinados à educação, sendo essa capacidade agravada pela redução no número de matrículas em redes estaduais entre 2009 e 2020. A recente reforma tributária, que substitui impostos, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), por um sistema baseado em valor agregado, traz novas implicações para o financiamento da educação no Brasil, especialmente em um contexto de redistribuição de recursos.

Os estudos de Soares, García e Carbonell (2023), para além do molde por desempenho, trazem um atravessamento sobre descentralização. Eles apontam a forte dependência fiscal dos governos centrais em relação aos entes subnacionais. Na Espanha, por exemplo, existem sistemas de financiamento distintos: o regime comum financiado pelo *Fondo de Garantía de Servicios Públicos Fundamentales (FGPS)* e o regime foral que, desde 1980, institui autonomia fiscal e de planejamento às comunidades autônomas do País Basco e de Navarra.

Tais variações, apesar de trazerem maior controle em cada sistema, ampliam as desigualdades regionais na distribuição de recursos entre as comunidades espanholas. No Brasil, essas disparidades são percebidas e influenciadas principalmente por fatores territoriais e de ordem socioeconômica (Soares; García; Carbonell, 2023).

Souza, Silva e Sousa (2019) reforçam que o financiamento é uma forma de catalisar a escolarização e a universalização, bem como prover a qualidade do sistema educacional. Os autores reforçam a obrigatoriedade do ensino gratuito e que há um custo com a educação de qualidade, e isso é fomentado pelo financiamento educacional. Em consonância com Monlevade (2014), reforçam a crítica ao movimento de desvinculação do gasto público com a educação, que no Brasil foi perpetuado principalmente no fim da década de 70, e defendem

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

que a descentralização e o federalismo exigem iniciativas suplementares da União para ajustar as diferenças de arrecadação com base na realidade dos entes subnacionais.

Tal argumento serve também como alerta para outras medidas fiscais, como o teto de gastos e, posteriormente, o novo arcabouço fiscal, que impactam diretamente a descentralização do financiamento, pois limitam os investimentos em educação e condicionam os repasses ao crescimento das receitas, comprometendo o pleno desenvolvimento do setor (Souza; Silva; Sousa, 2019).

Parcerias público-privadas (PPPs)

Estudos sobre parcerias entre o governo e outras entidades, fundamentados na governança pautada na Responsabilidade Social Empresarial (RSE), têm motivado pesquisas sobre o financiamento da educação com foco na geração de qualidade (Fusheini; Salia, 2021).

O artigo *The contribution of corporate social responsibility (CSR) initiatives to student enrollment and performance in Ghana* apresenta uma experiência em nação africana alinhada ao ODS de número quatro. O estudo destaca condicionantes dessa qualidade, como a necessidade de infraestrutura adequada, e identifica restrições orçamentárias como obstáculos principais ao alcance dessa meta.

Fusheini e Salia (2021) também propõem, como diretriz, a ampliação de parcerias privadas para complementar as ações estatais e garantir o alcance da qualidade educacional, fundamentando-se na *Resource Dependence Theory* (*RDT*), ou Teoria da Dependência de Recursos, formulada por Pfeffer e Salancik (1978). No contexto educacional de Gana, tais parcerias têm se mostrado satisfatórias.

A atuação estratégica dos Ministérios das Finanças e da Educação em Gana, com destaque para o planejamento orçamentário e a criação do Fundo Fiduciário da Educação (*GETFund*), cujas receitas também provêm da exploração e comercialização do petróleo, tem sido fundamental para o fortalecimento do setor. Entretanto, Fusheini e Salia (2021) observam que o planejamento financeiro ainda é fragmentado e pouco eficiente, com predominância de gastos operacionais, especialmente folhas salariais, e menor investimento em capital.

De modo semelhante, o caso brasileiro evidencia fragilidades na governança dos investimentos públicos em educação básica. Entre 2019 e 2020, o gasto total do governo federal com o setor diminuiu 10,5%, enquanto, em média, nos países da OCDE houve

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

crescimento de 2,1% no período conforme relatório *Education at a Glance* (OCDE, 2023; Passarella, 2024).

O Plano Nacional de Educação (PNE) no decênio 2014–2024, prorrogado até o final de 2025, previa destinar 10% do Produto Interno Bruto (PIB) à educação, ainda não atingidos. A discussão sobre o novo PNE (Projeto de Lei N. 2.614/2024) propôs reduzir a meta de investimento público para 7,5% do PIB, complementados por 3,5% de recursos da iniciativa privada, totalizando 11%. Isso vem sendo interpretado como uma flexibilização das bases públicas de financiamento, assumindo a lógica neoliberal que visa privatizar tais esforços (Brasil, 2024; Cury, 2025).

Em 2022, a União gastou R$ 128,2 bilhões, cerca de 1,3% do PIB, abaixo do padrão global. Assim, ressalta-se a importância das parcerias por meio de iniciativas de RSE para melhorar o financiamento e a qualidade da educação diante das metas.

A divisão entre educação pública e privada também é percebida por Kondratenko *et al.* (2021). Os autores indicam que essa classificação determina as fontes de financiamento e impacta questões sociais. A mercantilização da educação é apontada como problema pela ONU, pois subordina a qualidade social aos lucros, restringindo o acesso e subordinando o setor aos interesses privados. Kondratenko *et al.* (2021) defendem um plano de racionalização e um sistema de monitoramento baseado na governança pública para enfrentar o problema.

Olievska e Romanov (2021), ao focarem no desenvolvimento do capital humano no cenário ucraniano, destacam algumas iniciativas para alcançar tal qualidade no sistema educacional, como a adoção de fundos regionais e a criação de um lastro fiscal, exemplificado pela criação de um tributo com poder de arrecadação entre 1% e 5%. Eles defendem que o processo deve ser embasado em evidências internacionais, identificando movimentos de cooperação entre setores, intervenção do estado e parcerias entre entidades públicas e privadas.

Olievska e Romanov (2021) ressaltam que o sistema deve ser modernizado, trazendo uma infraestrutura que promova a equidade salarial e a igualdade de gênero para garantir o desenvolvimento do capital humano de qualidade. Também sinalizam pontos fortes como o nível de escolarização e o tempo de estudo da população, além de limitadores na realidade da Ucrânia, como os gastos com educação e o acesso aos serviços.

Shaturaev (2021), ao comparar Indonésia e Uzbequistão, mostra que o equilíbrio entre público e privado na Indonésia garante maior qualidade, mas a estagnação dos gastos públicos

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

(3,6% do PIB) impede avanços. O autor aponta a necessidade de ampliar o financiamento e ajustar os modelos de cooperação público-privada para países em desenvolvimento.

Para além da abordagem das PPPs, tem-se a abordagem voltada à sustentabilidade fiscal, também adotada entre as nações como importante instrumento norteador para o financiamento.

Sustentabilidade fiscal

O modelo voltado à sustentabilidade fiscal no campo do financiamento da educação converge para a capacidade dos Estados de garantir o equilíbrio de suas contas, sem comprometer a continuidade de investimentos educacionais.

Sob essa perspectiva, Lewin (2020) analisa a experiência africana, destacando a dependência de financiamento externo como entrave à eficiência e à eficácia da educação na África Subsaariana. Embora sob essa visão o financiamento externo possa preencher lacunas, ele não é visto como solução sustentável. Para atingir um patamar mais autônomo, é necessário investir em reformas fiscais e criar mecanismos internos de geração de receitas, afastando-se da dependência externa. Lewin (2020) destaca a importância de políticas fiscais, que assegurem o uso eficiente dos recursos, evitando a ampliação do endividamento e garantindo o acesso equitativo à educação.

Archer (2023) amplia essa discussão ao propor os 4S do orçamento, *size* (tamanho), *share* (participação), *sensibility* (sensibilidade) e *scrutiny* (escrutínio), como parâmetros de sustentabilidade para o financiamento educacional, especialmente após a crise da Covid-19. Políticas prescritivas, tais como as de órgãos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), são criticadas pelo autor, pois, em períodos de restrição fiscal, sugere-se às nações que realizem cortes de gastos públicos para equalizar as contas. Isso tende a afetar a infraestrutura e a operação dos sistemas educacionais nos países que seguem tais prescrições.

Defende-se, portanto, a visão dos gastos com a educação como investimento de longo prazo e não apenas um consumo imediato, ressaltando uma governança estratégica que se articule com diferentes atores e estruturas - públicas e privadas.

Peres, Capuchinho e Tibúrcio (2024) também adotam a abordagem que denota a sustentabilidade fiscal e dialoga com os estudos de Archer (2023) ao resgatarem Lewin (2020) quanto à identificação da necessidade de reformas fiscais bem estruturadas, a fim de catalisar

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

a arrecadação e a alocação de recursos e de promover as inovações no sistema de financiamento do sistema educacional para alcance da qualidade.

Mulvaney (2023) discute o financiamento da educação sob a ótica das leis de propriedade, partindo da tributação sobre a propriedade como fonte de receita para a educação. O autor destaca a importância da autonomia, da responsabilização e da gestão democrática como fundamentais para a excelência do sistema educacional, considerando que os governos locais funcionam como laboratórios de inovações socioeconômicas.

Contudo, Mulvaney (2023) observa que as iniciativas de tributação sobre a propriedade não têm neutralidade decisória, pois são moldadas por leis que tendem a influenciar os valores dos locais e das propriedades os quais são objeto da taxação e, por consequência, afetam a receita disponível para a educação. Defende-se, assim, a essencialidade de um exame minucioso das leis e normas que fundamentam o financiamento, levando em conta as circunstâncias locais e o contexto, a fim de entender seus impactos na educação.

Karwowska (2023) analisa os gastos com educação entre 2011 e 2021 nos países do grupo Visegrád, formado por uma aliança política entre quatro nações europeias: Hungria, Polônia, República Tcheca e Eslováquia e observa um aumento no financiamento educacional em relação ao PIB, com destaque para a Polônia. Nesse país, cuja capital é Varsóvia, a principal fonte de recursos é a subvenção estatal, distribuída por meio de um algoritmo que considera as operações realizadas e o valor calculado por estudante.

Além disso, Karwowska (2023) ressalta a importância dos recursos específicos destinados a ações no sistema educacional, condicionados ao nível de riqueza local, e das receitas próprias dos governos locais. Seus estudos evidenciam que, embora a Polônia tenha superado os outros países em gastos com educação, apresentou uma tendência negativa ao longo dos anos analisados. Aponta-se, portanto, a necessidade de um aumento progressivo anual das despesas com educação para alcançar a qualidade e eficiência do capital humano e, consequentemente, evitar uma involução no desenvolvimento econômico.

Vorontsova, Vasylieva e Mayboroda (2020) realizam estudo baseado nas estatísticas do Banco Mundial que abarcam o financiamento público educacional. Os autores adotam uma abordagem quantitativa através da regressão e de um modelo de defasagem temporal distribuída. No modelo, os gastos públicos educacionais são a variável dependente, enquanto que os indicadores de desenvolvimento socioeconômico -como PIB, renda nacional bruta, receitas fiscais e investimento estrangeiro direto- são as variáveis independentes.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

A amostra abrange quatorze países do eixo europeu central e oriental, o que permitiu a realização de uma análise comparativa entre economias com diferentes níveis de maturidade fiscal e contextos educacionais. A investigação revelou correspondência positiva entre o investimento público em educação e indicadores como PIB e renda nacional, evidenciando que o crescimento das nações está associado à ampliação do financiamento.

Os fatores com efeitos temporais defasados, como investimento estrangeiro e receitas fiscais, apresentaram impacto sobre o volume de recursos destinados à educação, sugerindo que as oscilações econômicas têm influenciado a estabilidade do financiamento.

As variáveis relacionadas ao comércio exterior, como valores de exportação e importação de bens e serviços, foram testadas e demonstraram influência sob a capacidade daquelas nações em financiarem políticas educacionais de modo sustentável (Vorontsova; Vasylieva; Mayboroda, 2020).

O Quadro 5 sintetiza aprendizados, desafios e a viabilidade dos modelos identificados de financiamento global, realçando os países de referência e seus horizontes de implementação.

QUADRO 5 – Comparação dos modelos de financiamento da educação global

Modelo de financiamento	Nação de referência	Horizonte temporal	Aprendizados identificados	Desafios encontrados	Viabilidade no contexto brasileiro
Financiamento por desempenho (*Performance Funding*)	Dinamarca	Curto prazo	Incentivo à eficiência e à mensuração de resultados (objetividade).	Risco de assimetrias e comportamento não planejado diante da pressão por resultados, de estratégias para performar nas métricas e desmotivação da equipe pelo não alcance	Boa viabilidade com adaptações para entes subnacionais; Demanda a adoção de crivos que excedam a visão da qualidade como métrica. Deve-se incluir fatores que dialoguem com a equidade tais como o contexto socioeconômico escolar.
Descentralização nos repasses e alocação dos recursos	Finlândia, Espanha, México, Brasil, Argentina e países latino-americanos em geral.	Curto a médio prazo	Fortalecimento da autonomia e responsabilização dos entes subnacionais.	Superação da variabilidade na capacidade de cada entidade escolar e da gestão; desigualdades fiscais entre regiões.	O modelo já é praticado no Brasil, mas depende das capacidades técnicas locais e de um melhor alinhamento da cooperação federada.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

Parcerias Público-Privadas (PPPs)	Gana, Ucrânia, Indonésia e Uzbequistão	Médio a longo prazo	Ampliação de fontes de financiamento e inovação na gestão das unidades educacionais.	Tendência a mercantilização da educação e priorização de interesses privados em detrimento ao público.	Tem viabilidade e em alguns casos vem sendo acionada, entretanto deve enfatizar o *accountability* social e fundos específicos com transparência e controle público.
Sustentabilidade fiscal	África Subsaariana Polônia, grupo Visegrád, EUA	Longo prazo	Maior equilíbrio fiscal, permitindo a continuidade dos investimentos e maior autonomia nacional.	A estratégia é vinculada ao contexto que pode impor restrições fiscais e dependência de organismos internacionais.	O modelo tem viabilidade estratégica na implementação, porém requer um lastro tributário que permita a ampliação da arrecadação para os entes subnacionais, a fim de cumprir as metas dos planos de educação e garantir investimentos educacionais.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025) baseado nos dados da pesquisa (2024); Luna [s.d].

Em suma, é viável implementar esses modelos no contexto brasileiro, desde que sejam feitas adaptações, considerando às especificidades federativas, às condições fiscais e o contexto histórico e socioeconômico de cada localidade.

CONCLUSÃO

O estudo buscou, por meio de uma RSL sobre financiamento da educação, compreender suas implicações para a qualidade educacional no Brasil. A análise mostrou que, embora existam modelos globais bem-sucedidos, sua adoção exige flexibilidade e atenção às especificidades locais. A eficiência do gasto, articulada à qualidade e à equidade, é essencial para melhorar o desempenho escolar e orientar a revisão das políticas de financiamento.

São reconhecidas limitações oriundas dos modelos analisados entre os países; ainda assim, o recorte apresentado contribui para o debate ao evidenciar práticas compatíveis com o contexto brasileiro. Socialmente e academicamente traz um diálogo dos modelos, fontes de recursos e mecanismos de financiamento, ampliando o entendimento teórico e empírico sobre como o Brasil pode aprimorar suas políticas educacionais.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

Os achados reforçam as políticas baseadas em evidências e uma distribuição mais equitativa dos recursos. Recomenda-se evitar a dependência excessiva de fontes externas, diversificar as formas de arrecadação e fortalecer parcerias. Os estudos sinalizam a necessidade de alinhamento entre fiscalidade e demandas sociais, garantindo que as desigualdades educacionais sejam reduzidas. A vinculação constitucional permanece como mecanismo legítimo para assegurar recursos mínimos com caráter expansionista.

Para pesquisas futuras, sugere-se investigar a eficácia de modelos de gestão democrática e participativa do financiamento, articulando governo, sociedade civil e demais atores. Assim, três frentes de ação são propostas: (1) fortalecer governança na alocação de recursos, alinhando-se aos pressupostos de Archer (2023) de sustentabilidade fiscal; (2) revisar os mecanismos de financiamento por desempenho, adaptando-os às realidades subnacionais e incluindo fatores não captados por métricas padronizadas; (3) aprimorar a regulação das PPPs, através de fundos de longo prazo lastreados por *royalties*, títulos sociais com ênfase na *accountability* social.

Destaca-se que tais fundos e ações devem ser acompanhados por observatórios e laboratórios de comunicação pública articulados por instituições de ensino superior e órgãos governamentais, ampliando o controle social e garantindo que interesses privados não superem a qualidade social da educação.

Por fim, reforça-se que o financiamento educacional demanda maior compromisso estatal e participação social. A modernização da governança, combinada à adaptação de práticas globais ao contexto brasileiro e ao monitoramento social das políticas, constitui um caminho fundamental para promover equidade, eficiência e a melhoria contínua da educação básica.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Adair; DORNELES, Elizabeth Fontoura; LAUXEN, Sirlei Lourdes Competências como um modo de pensar a educação. **Educação**, v. *42*, n. 2, p. 373–384, 2017.

AHTIAINEN, Raisa; PULKKINEN, Jonna; JAHNUKAINEN, Marca. The 21st Century Reforms (Re)Shaping the Education Policy of Inclusive and Special Education in Finland. **Education Sciences**, v. 11, n. 11, p. 750, 19 nov. 2021.

ALVARENGA, Carolina Faria; VIANNA, Cláudia Pereira Avaliação, gênero e qualidade na Educação Infantil: conceitos em disputa. **Educ. Rev., Curitiba**, v. 37, 2021.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

ARCHER, David. Transforming the financing of education at the mid-point of the sustainable development goals. **International Journal of Educational Development**, v.*103*, 2023.

ARIA, Massimo; CUCCURULLO, Corrado. Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics**, v. 11, n. 4, p. 959-975, 2017.

ATKINSON, Rowland; FLINT, John. Accessing Hidden and Hard-to-Reach Populations: Snowball Research Strategies. **Social Research Update**, v. 33, p. 1-4, 2001.

BONDIOLI, Anna. Dos indicadores às condições do projeto educativo: um percurso pedagógico-político de definição e garantia da qualidade das creches da Região da Emília-Romanha. *In:* BONDIOLI, Anna. (Org.). **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada.** Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2022. (Coleção educação contemporânea).

BRASIL. **Projeto de Lei N. 2.614 de 2024.** Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2614.htm Acesso em: 30 out. 2025.

CAMPOS, Maria Malta. Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 148, p. 22–43, jan. 2013.

CUNHA, Anderson Gois Marques da; ALVES, José Luiz; ALMEIDA, Milena Alves dos Santos de. Qualidade da Educação e os Moldes do Creative Thinking: O caso Brasil-Finlândia. **Revista de Ciências Humanas**, v. 24, n. 3, p. 36–61, 2023. DOI: https://doi.org/10.31512/19819250.2023.24.03.36-61

CURY, Carlos Roberto Jamil. Financiamento da Educação Brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 4, p. 1217–1252, out. 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema Nacional de Educação: um desafio em andamento em face das condicionalidades para a educação pública a partir das redes políticas e ideológicas instauradas no âmbito da sociedade política e civil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 41, n. 1, 2025.

DAMKE, Anderleia Sotoriva; NEVES, Marcos Cesar Danhoni; MELO, Marcos Gervânio Azevedo de. Revisitando estudos similates ao Projeto Escola “Sem” Partido: Um portfólio a partir da Metodologia Methodi Ordinatio. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. e6019119942, 2020.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**, v. 29, n. 78, p. 201–215, maio 2009.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257–272, 2002.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

FIORIN, Bruna Pereira Alves; PAVÃO, Silvia Maria de Oliveira. Qualidade na educação na perspectiva da inclusão. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. *71, n.* (2), p. 129-144, 2016.

FUSHEINI, Karim; SALIA, Hussein. The contribution of corporate social responsibility (CSR) initiatives to student enrollment and performance in Ghana. **International Journal of Educational Management**, v. 35, n. 3, p. 606-620, 2021.

HANUSHEK, Eric Alan. The Economics of Schooling: Production and Efficiency in Public Schools. **Journal of Economics Literature**, v. 24, p. 1141-1177, Sep. 1986.

JEDUCA. **Financiamento da educação básica:** guia de cobertura. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2019.

KARWOWSKA, Justyna. Public Funding of Education in the Visegrad Group Countries in 2011–2021. **Foundations of Management**, v. 15, n. 1, p. 225–238, 2023.

KONDRATENKO, Natalia O.; NEPOMNYASHCHYY, Oleksandr M.; MARUSHEVA, Oleksandra. A.; MEDVEDCHUK, Oksana V.; LAHUNOVA, Iryna A. Organizational and Economic Support of Educational Services Management in Ukraine. **Studies of Applied Economics**, v. 39, n. 5, 2021.

LACRUZ, Adonai José; AMÉRICO, Bruno Luiz; CARNIEL, Fagner. Indicadores de qualidade na educação: análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. e240002, 2019.

LEWIN, Kurt M. Beyond business as usual: Aid and financing education in Sub Saharan Africa. **International Journal of Educational Development**, v. 78, p. 102247, 2020.

LIMA, Amilka Dayane Dias Melo; FRANÇA, Magna. O Financiamento da Educação Básica em Portugal e Brasil. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, 2020.

LUNA, Fernanda. **Financiamento educacional.** Panorama regional. SITEAL: Unesco, s.d. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/pt/eje/financiamiento Acesso em: 15 out. 2025.

MELLO, Guiomar Namo de. **Escolas eficazes:** um tema revisitado. Brasília: MEC/SEF, 1994.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. Recursos públicos para a educação: percentual irrevogável do PIB. **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 16, p. 66 -74, 2014.

MORI, Andrey; ADRIÃO, Theresa. Estado do conhecimento sobre financiamento da educação obrigatória e privatização a partir do Web of Science, 2015-2018. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. 3, p. 1241–1257, 2018.

MULVANEY, Timothy M. Beneath the Property Taxes Financing Education. **Texas A&M Law Scholarship**, v. 123, n. 5, p. 1325-1366, 2023.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

OCDE. **Education at a Glance 2023.** OECD Indicators, 2023. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2023_e13bef63-en.html Acesso em: 10 out. 2025.

OLIEVSKA, Myroslava; ROMANOV, Artur. Investments in human capital development and wages: relationships and problems in lower-middle-income countries. **Baltic Journal of Economic Studies**, v. 7, n. 1, p. 77-83, 2021.

PAGANI, Regina Negri; KOVALESKI, João Luiz; RESENDE, Luis Mauricio. Avanços na composição da Methodi Ordinatio para revisão sistemática de literatura. **Ciência da Informação**, v. 46, n. 2, 2018.

PAIXÃO, Rosemare Cristina da; TORRES, Thaís Pinto da Rocha Torres. Reforma do ensino médio, financiamento global e Banco Mundial: uma análise bibliométrica (2016-2024). *In:* Encontro internacional de gestão, desenvolvimento e inovação - EIGEDIN, **Anais eletrônicos**, v. 7, n. 1, 2024.

PASSARELLA, Marcelo. **Como garantir o investimento de 10% do PIB na educação no Brasil.** 2024. Disponível em: https://www.rvc.adv.br/post/como-garantir-o-investimento-de-10-do-pib-na-educa%C3%A7%C3%A3o-no-brasil Acesso em: 29 out. 2025.

PERES, Ursula Dias; CAPUCHINHO, Cristiane Branco; TIBÚRCIO, Rogério Machado Limonti. The role of the federal government in financing education: Effects of the Fundeb supplement in combating inequality between state educational systems in Brazil. **Education Policy Analysis Archives**, v. 32, 2024.

PETTICREW, Mark; ROBERTS, Helen. **Systematic Reviews in the Social Sciences:** A Practical Guide. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2006.

PFEFFER, Jeffrey; SALANCIK, Gerald R. **The External Control of Organizations:** A Resource Dependence Perspective. New York: Harper and Row, 1978.

PIKETTY, Thomas. **A Brief History of Equality.** Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 2021.

POULSEN, Morten Lund; BUKH, Por Nikolaj; CHRISTENSEN, Karina Skovvang. (Dys)functionality of intentions or outcomes? Performance funding of Danish schools. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 36, n. 1, p. 267-294, 2023.

PRITCHARD, Alan. **Statistical bibliography:** an interim bibliography. London: NorthWestern Polytechnic, 1969.

RIAZ, Mehwish; MENDES, Emilia; TEMPERO, Ewan. **A systematic review of software maintainability prediction and metrics.** *In:* 3rd International Symposium on Empirical Software Engineering and Measurement, Lake Buena Vista, FL, USA, 2009. p. 367-377.

RICHARDSON, W. Scott; WILSON, M. C.; NISHIKAWA, J.; HAYWARD, R. S. A. The well-built clinical question: A key to evidence-based decisions. **ACP Journal Club**, v. 123, p. A12-13, 1995.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

ROSISTOLATO, Rodrigo; PRADO, Ana Pires do; MARTINS, Leane Rodrigues. A "realidade" de cada escola e a recepção de políticas educacionais. **Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 98, p. 112–132, 20 fev. 2018.

SAIS, Rafael Martins. Novos embates do público-privado na educação: o financiamento da educação básica pública em disputa. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 12, p. 15580–15600, 11 dez. 2023.

SANTOS, Juarez Ribeiro; REIS, Jane Maria dos Santos. Gestão participativa da escola: a importância da comunidade no contexto educacional. **Diversa Prática**, v. 6, n. 1, p. 139–164, 2019.

SHATURAEV, Jakhongir. A Comparative Analysis of Public Education System of Indonesia and Uzbekistan. **Bioscience Biotechnology Research Communications**, v. 14, n. 5, p. 89-92, 2021.

SILVA, Antônio Nascimento da; SILVA, Givanildo. A produção acadêmica sobre o financiamento da educação: o Fundeb em questão. **Revista Cocar**, v. 20, n. 38, 2024.

SILVA, Rui da; OLIVEIRA, Joana. A Parceria Global pela Educação e o Financiamento da Educação: países, atores e contribuições. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 11, 2021.

SILVA, Thais Bordenowsky; MIGUEL, Obdulio Gomes; MIGUEL, Marilis Dallarmi. Revisão sistemática: perspectiva do perfil fitoquímico e ensaios biológicos dos frutos da solalum pseudoquina a. St.-hil (solanaceae) mediante protocolo de Methodi Ordinatio. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, e56811828315, 2022.

SOARES, Márcia Miranda; GARCÍA, Encarnación Murillo; CARBONELL, Jesús Ruiz-Huerta Carbonell. Territorial inequalities in the funding of education and health policies in Spain and Brazil. **Revista de Administração Pública**, v. 57, n. 1, e-2022-0168, 2023.

SOUZA, Kellcia Rrezende; SILVA, Rosalina Dantas da; SOUSA, Ana Paula Moreira de. A obrigatoriedade, gratuidade e financiamento da educação como um direito social no Brasil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 23, n. 2, p. 328–340, 6 mar. 2019.

SZEKERES, Gabriella Váncza; CĂLDĂRARU, Alina. O efeito do financiamento nos resultados do sistema de educação pré-universitária. **Postmodern Openings**, v. 13, n. 4, p. 273-293, 2022.

VALLE, Ione Ribeiro. A reprodução de Bourdieu e Passeron muda a visão do mundo educacional. **Educação e Pesquisa**, v. 48, e244296, 2022.

VELLOSO, Jacques Rocha. Pesquisas no país sobre financiamento da educação: onde estamos? *In:* WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Orgs.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil 1991 a 1997.** Brasília: Inep, 2001.

VORONTSOVA, Ana; VASYLIEVA, Tetiana; MAYBORODA, Tetyana. The justification of the efficiency of financial support of education in the context of the national economy

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 247-274, set./dez. 2025.
Recebido em: 05/02/2025 | Aceito em: 23/10/2025

development. **Financial and Credit Activity Problems of Theory and Practice**, v. 3, n. 34, p. 312-321, 2020.

VOSVIEWER**. Software VOSViewer:** visualizing scientific landscapes. 2024. Disponível em: https://www.vosviewer.com/ Acesso em: 10 dez. 2024.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Ciência e a Tecnologia do estado de Pernambuco (FACEPE).

SOBRE OS AUTORES

Anderson Gois Marques da Cunha
Doutor em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração (Propad) e doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) na linha de Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação, ambos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Administração com ênfase em Economia e Finanças na Universidade de Pernambuco (UPE).
E-mail: agmcunha10@hotmail.com

José Luiz Alves
Doutor e Mestre em Geografia (CFCH/UFPE). Bacharel em Ciências Econômicas (UFPE). Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco (UPE) e membro permanente do Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável (FCAP/UPE). Líder do Grupo de Estudos em Infraestrutura Produtiva e Logística para o Desenvolvimento Local Sustentável (GEIPLDS/CNPq), avaliador do Sistema *Basis* (INEP/MEC) e membro da *Red para El Desarrollo de las Organizaciones* (REDOR, México).
E-mail: luiz.alves@upe.br